



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Agravo regimental nº 196411-6/01 - Comarca do Recife ✓

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravada: Maria Telma Barbosa Amaro.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. TRATAMENTO DE LEUCEMIA. MEDICAMENTO NÃO PREVISTO EM LISTA OFICIAL. DEVER DE FORNECIMENTO PELO ESTADO. DIREITO NÃO ABSOLUTO. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CARÊNCIA DO PACIENTE. SÚMULA 18 DO TJPE. 1. É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial (Súmula 18 do TJPE). 2. É certo que o direito à saúde, como todo direito fundamental, não possui natureza absoluta, porém, o enunciado da súmula do TJPE não assegura o fornecimento gratuito de medicamento não previsto em lista oficial de forma irrestrita, ao contrário, o cidadão deve comprovar ser carente e, no caso, a agravada demonstrou ser presumivelmente carente de recursos, por ter vindo a juízo representada pela Defensoria Pública do Estado, ter firmado declaração de pobreza (fls. 19) e apresentar laudo médico de hospital que, embora particular, presta serviço de beneficência. 3. Inexistência de motivos para cassação da liminar deferida em mandado de segurança. 4. Agravo regimental não provido unanimemente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo regimental nº 196411-6/01, acima referenciado, julgado em sessão desta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes do 2º Grupo de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 1 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2º Grupo de Câmaras Cíveis  
*Salvato Desembargador Ricardo Pass Barreto*

Agravo regimental nº 196411-6/01 - Comarca do Recife  
Agravante: Estado de Pernambuco.  
Agravada: Maria Telma Barbosa Amaro.

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental em face de decisão que deferiu liminar no mandado de segurança apenso, determinando o fornecimento do medicamento Mabthera (Rituximab), durante tratamento pós-transplante da agravada.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois a impetrante pretende fazer prevalecer a sua visão terapêutica da doença, compelindo o Estado a se submeter a um procedimento que beneficia o interesse particular em detrimento do coletivo, esquivando-se da sistemática administrativa adotada para o tratamento do câncer.

Ainda, aduz que há na Secretaria de Saúde outras drogas com efeitos semelhantes à requerida, não se podendo interpretar o direito à saúde de forma absoluta.

Ao final, requer o provimento integrativo, com a conseqüente revogação da liminar concedida.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de mandamus, com pedido de liminar, impetrado por Maria Telma Barbosa Amaro, cuja pretensão é de obter o fornecimento do medicamento Mabthera (Rituximab) durante o período de tratamento pós-transplante de medula óssea. Afirmo que é portadora de Leucemia Mielóide aguda, e, por ter se submetido à transplante de medula óssea alogênico, necessita da utilização de Mabthera (Rituximab), sob pena de sofrer um retorno do câncer que está sendo tratado. Pugna pela concessão de liminar no sentido de determinar que o impetrado forneça o medicamento Mabthera (Rituximab), sendo 4 frascos de 500mg e 8 de 100mg, durante seu tratamento pós-transplante e, no mérito, requer o seu provimento a fim de que seja concedida a segurança. Acosta documentos de fls. 19/25. Autos conclusos. Feito o breve relato, decido monocraticamente. Extrai-se dos autos que a impetrante é de fato portadora de Leucemia Mielóide e que, atualmente houve um transplante de medula óssea com a finalidade de tratá-la. Observo ainda, arrimado no relatório médico acostado às fls. 23, que a impetrante encontra-se com uma doença crônica advinda do transplante de medula, resistente às drogas disponibilizadas pelo SUS, tornando-se obrigatório o uso de Mabthera (Rituximab) para que seja

190 14 C

*[Assinatura]*

possível a cura desta patologia de alta gravidade e mortalidade. Não possuindo a impetrante recursos financeiros para adquirir medicamento do qual necessita, e dada à necessidade de sua utilização, é dever do Estado fornecê-lo gratuitamente, propiciando o tratamento adequado à demandante. O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a imposição ao ente público da obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso. Ora, é dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana. O entendimento firmado pelo STJ é no sentido de que a negativa no fornecimento de medicamento urgente, que possa levar o paciente à morte, como ocorre no caso em apreço, implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente e de responsabilidade do Estado, conforme se depreende dos arestos adiante ementados: RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PACIENTE COM MIASTENIA GRAVIS. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. INCIDÊNCIA DO MEIO DE COERÇÃO. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. 1. Ação objetivando a condenação da entidade pública ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de "miastenia gravis". 2. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna. 3. Configurada a necessidade do recorrente de ver atendida a sua pretensão posto legítima e constitucionalmente garantida, uma vez assegurado o direito à saúde e, em última instância, à vida. A saúde, como de sabença, é direito de todos e dever do Estado. 4. A função das astreintes é vencer a obstinação do devedor ao cumprimento da obrigação e incide a partir da ciência do obrigado e da sua recalcitrância. 5. In casu, consoante se infere dos autos, trata-se de obrigação de fazer, consubstanciada no fornecimento do medicamento Mestinow 60 mg - 180 comprimidos mensais, de forma contínua, durante o período necessário ao tratamento, a ser definido por atestado médico, cuja imposição das astreintes no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) objetiva assegurar o cumprimento da decisão judicial e conseqüentemente resguardar o direito à saúde. 6. "Consoante entendimento consolidado neste Tribunal, em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao juízo da execução, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor, mesmo que seja contra a Fazenda Pública." (AGRGRES 189.108/SP, DJ de 02.04.2001). 7. Precedentes: REsp 699495/RS, Relator Min. LUIZ FUX, DJ 05.09.2005; REsp 775567/RS, DJ 17.10.2005 RESP nº 212.346/RJ, DJ 04/02/2002; ROMS nº 11.129/PR, DJ 18/02/2002; RESP nº 212.346/RJ, DJ 04/02/2002; RESP nº 325.337/RJ, DJ 03/09/2001; RESP nº 127.604/RS, DJ 16/03/1998. 8. À luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, valor erigido com um dos fundamentos da República, impõe-se a concessão dos medicamentos como instrumento de efetividade da regra constitucional que consagra o direito à saúde. 9. Agravo Regimental desprovido (AgRg no RESp 950725/RS, T1, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 06/05/2008). RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PACIENTE COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. JULGAMENTO EXTRA E ULTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. 1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou

192 16  
c

coletiva, deverido atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna. 2. Configurada a necessidade do recorrente, posto legítima e constitucionalmente garantido direito à saúde e, em última instância, à vida. Impõe-se o acolhimento do pedido. 3. Proposta a ação objetivando a condenação do ente público (Estado do Rio de Janeiro) ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de doença pulmonar obstrutiva crônica, resta inequívoca a cumulação de pedidos do tratamento e fornecimento de medicamento, posto umbilicalmente ligados. É assente que os pedidos devem ser interpretados, como manifestações de vontade de forma a tornar efetivo, o acesso à justiça. (Precedente: REsp 625329/ RJ, Relator Min. LUIZ FUX, DJ 23.08.2004). 4. In casu, o Juiz Singular reconheceu a obrigação de fazer do Estado do Rio de Janeiro, consistente no fornecimento dos medicamentos pleiteados na inicial, bem como os que venham a ser necessários no curso do tratamento, desde que comprovada a necessidade por atestado médico fornecido pelo hospital da rede pública (fls. 107) (Resp/SP 814076, T1, Min. Luiz Fux, DJ de 01/08/2006). PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SUS. CUSTEIO DE TRATAMENTO MÉDICO. MOLÉSTIA GRAVE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. ART. 461 DO CPC. I - A Constituição Federal excepcionou da exigência do precatório os créditos de natureza alimentícia, entre os quais incluem-se aqueles relacionados com a garantia da manutenção da vida, como os decorrentes do fornecimento de medicamentos pelo Estado. II - É lícito ao magistrado determinar o bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde. Nessas situações, a norma contida no art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil deve ser interpretada de acordo com esses princípios e normas constitucionais, sendo permitido, inclusive, a mitigação da impenhorabilidade dos bens públicos. III - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido (REsp 656838/RS, T2, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 20/06/2005). Por fim, corroborando o até aqui exposto, eis os termos da Súmula nº 18 desta Corte de Justiça: É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial. Por estas razões, sendo relevantes os fundamentos colacionados no presente mandamus, arrimado no art. 7º, II da Lei nº 1.533/51, defiro a liminar requerida, a fim de determinar o fornecimento do medicamento Mabthera (Rituximab), sendo 4 frascos de 500mg e 8 de 100mg, durante seu tratamento pós-transplante. Notifique-se a autoridade apontada como coatora para cumprimento desta ordem, bem como, para que preste informações no prazo legal. P. e I. Recife, 2 de setembro de 2009 Des. Ricardo Paes Barreto Relator

Irresignado com o teor da decisão, o agravante interpôs o presente recurso, asseverando a impossibilidade de se priorizar o interesse particular em detrimento do coletivo, especialmente por existir outros medicamentos fornecidos pela Secretaria de Saúde que possuem efeitos semelhantes ao requerido, entendendo que o direito à saúde não seria absoluto.

De logo, ressalto que a matéria objeto de insurgência encontra-se pacificada nesta Corte de Justiça, através da Súmula nº 18 (É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial).

74

É certo que o direito à saúde, como todo direito fundamental, não possui natureza absoluta, porém, o enunciado acima transcrito não assegura o fornecimento gratuito de medicamento não previsto em lista oficial de forma irrestrita, ao contrário, o cidadão deve ser carente e, no caso, a agravada demonstrou ser presumivelmente carente de recursos, por ter vindo a juízo representada pela Defensoria Pública do Estado, ter firmado declaração de pobreza (fls. 19) e apresentar laudo médico de hospital que, embora particular, presta serviço de beneficência.

Assim, por não vislumbrar motivos para reformar a decisão vergastada, nego provimento ao presente agravo regimental.

É como voto.

Recife, 9 de de 19 de junho de 2009

**Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**